

Floresta Agricultura toma 40 mil km², ou 5,4% do total devastado

Pastagens ocupam metade das áreas desmatadas

Sergio Adeodato
Para o Valor, de Belém

A Amazônia perdeu ao longo da história quase 20% de floresta. Da área até hoje desmatada, 46% estão ocupados por pastagens, de acordo com o projeto de monitoramento Terra Class, operado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e Embrapa. A agricultura se estende por 40 mil km², o que representa 5,4% da floresta perdida. A boa notícia é que quase um terço da região impactada guarda vegetação nativa em processo de recuperação natural. “Depois da pecuária e da agricultura de larga escala, a principal frente de desmatamento está nos assentamentos rurais”, ressalta o procurador da República Daniel Azere do Avelino, do Ministério Público Federal (MPF), em Belém, no Pará.

A especulação de terra pública ocupada por grileiros é, muitas vezes, a base do ciclo destrutivo. Há esquemas para burlar o sistema de alerta por satélite e quando a fiscalização chega muitas ve-

zes já não há o que fazer. Em pouco tempo a floresta é convertida em pastagem. “Como a vigilância falha, a estratégia mais eficiente é promover acordos setoriais para o controle do desmatamento em cada cadeia produtiva, como ocorre há cinco anos com a pecuária no Pará”, afirma Avelino. O mecanismo obrigou o registro das propriedades no Cadastro Ambiental Rural (CAR) sob a pena de embargo. Como reforço, o governo estadual criou um programa, o Municípios Verdes, no qual o crédito rural é facilitado para aqueles que menos desmatam. O plano atual, segundo Avelino, é replicar a iniciativa na produção de grãos no Pará.

O Mato Grosso lidera a degradação florestal na Amazônia pelo sétimo ano consecutivo desde que o impacto começou a se medir pelo Inpe, em 2007. Os últimos dados do sistema Degrad, obtidos por imagens de satélite, registraram no Estado 2,1 mil km² de mata que não chegaram a ser totalmente derrubados, mas foram castigados

Avanços

Degradação florestal 2007 a 2013 na Amazônia legal (km²)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Acre	184	254	167	259	280	305	221
Amazonas	610	604	405	595	502	523	583
Amapá	39	100	70	53	66	27	23
Maranhão	631	1271	828	712	396	269	403
Mato Grosso	2678	3.258	1.049	871	1.120	757	1.139
Pará	5.526	5.607	4.281	3.770	3.008	1.741	2.346
Roraima	1.611	1.136	482	435	865	773	932
Roraima	309	574	121	256	141	124	170
Tocantins	63	107	61	49	40	52	74
Amazônia Legal	11.651	12.911	7.464	7.000	6.418	4.571	5.891

Fonte: Inpe

por sucessivos impactos da exploração predatória de madeira, em 2013. Após a retirada das espécies madeireiras de valor, grande parte das áreas alteradas é suprimida nos anos seguintes para plantação de pastagens ou culturas agrícolas. De acordo com o levantamento, que detecta a destruição progressiva da Floresta Amazônica antes do corte completo, o problema atingiu no ano passado 5,5 mil km²

em todos os Estados da região, com declínio em relação a 2012.

No mosaico de esforços, a ordenação territorial, com a criação de parques e outras áreas naturais protegidas, é apontada como chave para frear a destruição florestal. Entre 2004 e 2008, o plano de combate ao desmatamento do governo transformou 50 milhões de hectares em unidades de conservação. Mas poucas saíram do



Mato Grosso lidera a degradação florestal na Amazônia pelo sétimo ano

papel. Recente relatório do Tribunal de Contas da União aponta que 40% das unidades de conservação da Amazônia têm baixo grau de implementação — ou seja, não têm definição de usos ou estrutura de fiscalização e visitação, e assim não contribuem como deveriam para o desenvolvimento sustentável.

A falta de governança de terras públicas abre a porta para a

grilagem. Na região, há mais de 60 milhões de hectares de áreas federais e estaduais sem destinação de uso. Uma câmara técnica do governo dedicada ao tema repassou 1 milhão de hectares ao Ministério do Meio Ambiente para a criação e áreas protegidas. Mas nenhum novo parque ou reserva ecológica federal foi criado na Amazônia nos últimos quatro anos.

Cadastramento rural ajuda a limitar as ocorrências

Timóteo Camargo
Para o Valor, de Boa Vista

“Não existe bala de prata contra o desmatamento”, afirma Justiniano de Queiroz Netto, gestor do Programa Municípios Verdes (PMV) do governo do Pará, que tem como meta zerar o desmatamento no Estado até 2020. Mesmo distante da solução cabal — de agosto de 2013 a julho de 2014 o número de alertas de desmatamento aumentou em 22% no Estado — as ações do programa criado em 2011 têm bons resultados e ajudam o Pará a vislumbrar um horizonte mais claro em sua relação com a floresta.

Nos três primeiros anos do PMV, a retirada de cobertura vegetal nativa no Pará caiu 21%, enquanto a redução média na Amazônia Legal foi de 9%. De agosto de 2013 a janeiro de 2014, o recuo alcançou 30% no Estado, segundo dados do Sistema de Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Um passo decisivo para a eficiência das ações de combate e

contenção foi o avanço do Estado na adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), do Ministério do Meio Ambiente. Em 2013, cerca de 37 mil imóveis rurais ingressaram no cadastro, totalizando mais de 105 mil imóveis rurais — ou 60% da área cadastrável no Estado. O CAR possibilita a gestão in loco das ocorrências observadas por satélite e o controle dos limites das áreas produtivas e restritas em cada propriedade. “O desmatamento está aumentando e nós sabemos onde. (O combate) é uma agenda que depende de estratégias”, diz Netto.

Em um Estado com área equivalente a duas vezes o território da França, a municipalização da gestão ambiental é a chave do programa. A proposta do PMV é articular municípios, sociedade civil, iniciativa privada, Ibama e os Ministérios Públicos Federal e Estadual no combate ao desmatamento e no incentivo à produção rural sustentável. “Tudo começa com um pacto com a sociedade local, que deve entender que desmatamento não é sinônimo de desenvolvimento; que o

desenvolvimento está ligado à sustentabilidade”, afirma Justiniano Netto.

A adesão ao programa é voluntária. Porém, o ingresso ocorre por meio da assinatura do 'Pacto pelo Desmatamento Zero', junto ao Ministério Público Federal, o que garante estabilidade jurídica e política para a continuidade do programa. “O município não pode desistir de forma unilateral”, explica.

O secretário municipal de Meio Ambiente de Paragominas, Felipe Zagalo, afirma que o documento torna o compromisso do município impessoal: “A pressão pelo aumento de áreas é enorme, mas nenhum prefeito quer estar envolvido com o desmatamento”, diz.

Dos 144 municípios paraenses, 104 aderiram ao Municípios Verdes. Seis conseguiram sair da lista dos desmatadores da Amazônia mantida pelo Ministério do Meio Ambiente. Outros cinco estão próximos de deixar o rol, que, entre outras penalidades, impede o acesso a financiamento e embarga o comércio da produção rural local.

O Programa Municípios Verdes atua em duas frentes: a articulação interinstitucional e a regulação ambiental. A articulação inicia com a criação de um comitê gestor para estabelecer metas e estratégias em cada município. Também envolve ações de impacto local, como o estabelecimento do licenciamento ambiental em nível municipal, o treinamento de pessoal e o acesso do município ao sistema de CAR da Secretaria do Meio Ambiente do Pará.

Dos 144 municípios paraenses, 104 aderiram ao Municípios Verdes e seis saíram da lista de desmatadores

O PMV funciona como secretaria especial da Casa Civil e, do ponto de vista da regulação, atua na revisão e atualização das normas de sustentabilidade no estado. O Governo do Pará criou em 2013 o ICMS Verde, que repassa aos municípios parte da arrecadação com o tributo estadual, de acordo com critérios ambientais.

Também no ano passado, um decreto governamental garantiu aos municípios participantes do programa acesso a um processo especial de regularização fundiária, condicionado ao cumprimento das metas do programa.

A experiência de Paragominas foi a inspiração para o PMV. O município de 103 mil habitantes no Leste do Pará ocupou o posto de maior desmatador do Brasil e em dois anos virou o jogo para se tornar referência em sustentabilidade. Para isso assumiu plenamente a gestão ambiental. “Depois da municipalização, todos os nossos problemas são resolvidos aqui e com mais agilidade”, afirma Zagalo.

O sistema de emissão de licença ambiental por meio de audiências é um exemplo da inovação do município. O primeiro encontro é marcado para cerca de 20 dias após o processo ser protocolado pelo proprietário. Fábio Patto Kanegae, diretor administrativo da New Agro Comércio e Representações obteve em agosto a licença para um projeto da empresa. Ele afirma que, além de ajudar no planejamento, o

procedimento traz segurança e evita problemas com fiscalização: “Todas as confrontações, limites e formas legais do projeto são tratados na audiência e você sai sabendo de fato o que pode fazer na propriedade”, afirma. “Da entrada à liberação não deu 60 dias. Antes, quando era em Belém, chegava a levar mais de um ano”, conta.

Nos próximos meses, o Programa Municípios Verdes se prepara para expandir a atuação, com foco sobretudo nos municípios menos povoados ou com dificuldades orçamentárias. O programa aprovou junto ao Fundo Amazônia do BNDES um projeto no valor de R\$ 82,4 milhões para realizar e entregar ações direto ao produtor sem onerar o município. Da primeira parcela já na conta do programa, R\$ 10 milhões serão licitados para a realização do CAR.

O projeto prevê a criação de 11 bases locais para atender de três a quatro municípios cada. “O Pará é grande e pretendemos ter essa capilaridade por meio de consultorias”, explica Justiniano Netto.

Esforço tira Brasil Novo da lista de desmatadores

De São Paulo

Por três anos os agricultores e pecuaristas de Brasil Novo (870 quilômetros a Oeste de Belém) na região do Xingu, levavam a produção para ser negociada em cidades vizinhas. O cacau exportado por meio de tradings da Bahia, por exemplo, tinha que ser vendido em Medicilândia. Em 2008 Brasil Novo foi incluído na lista dos desmatadores da Amazônia e o comércio da produção rural foi embargado.

O município tem cerca de 20 mil habitantes em um território quatro vezes maior que a cidade de São Paulo. A base da economia é a agricultura familiar e a pecuária extensiva. Além do cacau, abastece a vizinha Altamira e outras cidades próximas com carne e hortifrúti. A presença na lista era um freio de mão puxado.

Quando assinou o pacto com o MPF, por meio do Programa Municípios Verdes, o desmatamento chegava a 40% da extensão do município. E apenas 47% das propriedades estavam no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Além da redução efetiva do desmatamento, a determinação era inserir no CAR 80% das propriedades rurais do

município. O objetivo foi alcançado em 180 dias. “A prioridade era tirar o município do embargo”, diz a prefeita de Brasil Novo, Marina Sperotto (PSB).

O município assumiu integralmente o custo das ações. Foram investidos cerca de R\$ 400 mil, uma fatia expressiva para o orçamento da cidade, de R\$ 1,5 milhão por mês. As ações começaram em março de 2013. A portaria excluindo o município da lista foi assinada em outubro.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente montou uma equipe técnica com 10 pessoas. Quatro técnicos de campo percorreram em motos as estradas e vicinais de terra para persuadir os produtores a ingressar no CAR. Apesar das distâncias e dificuldades de acesso no período de chuvas, “nenhuma propriedade ficou de fora”, afirma Zelma Luzia Silva Campos, secretária municipal de Meio Ambiente de Brasil Novo: “Nossa motivação era desembargar”.

Para cadastrar algumas regiões, os técnicos percorriam até 200 quilômetros, pernoitavam em fazendas e chegavam a inserir no CAR até 18 mil quilômetros quadrados em uma única viagem. Cerca de 500 produtores fo-

ram cadastrados.

Zelma é natural do município vizinho de Altamira, onde formou-se em biologia e também ocupou o a pasta municipal de meio ambiente. Foi convidada pela prefeitura para coordenar o esforço de Brasil Novo para sair da lista dos desmatadores. Para ela o conhecimento da região foi decisivo no desenvolvimento de estratégias eficientes. O embargo também ajudou a população a entender a necessidade e vantagens da produção sustentável, apesar da região ser considerada uma fronteira agrícola. “O rótulo de que os produtos não tinham boa procedência tinha impacto na economia local”, diz Zelma.

A articulação do PMV permitiu ao município inserir as propriedades diretamente no CAR. Brasil Novo também recebeu o acesso a imagens em alta resolução da região, capacitações e parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que forneceu dados fundiários para elaboração do cadastro. Após o desembargo, assinou termos de cooperação técnica com a UFPA, Embrapa, Imazon e Instituto Socioambiental. “O diálogo ficou tranquilo com os órgãos”, diz



A prefeita Marina Sperotto (de rosa) e agricultores: 500 produtores rurais inseridos no CAR em seis meses

Zelma. “Todos vieram somar.”

A economia local já sente o impacto positivo. A prefeitura registrou um aumento na arrecadação com tributos. Empresas se

instalaram no município após o fim do embargo e a comercialização de bovinos está chegando a novos compradores em Belém, Marabá, Macapá e Castanhal. Os

resultados obtidos por Brasil Novo são únicos na região do Xingu, que convive com a grilagem, falsificações de licenças e altas taxas de desmatamento. (IC)